## REQUERIMENTO Nº /2025. (Do Sr. Carlos Jordy)

Solicita ao TCU a realização de Auditoria no **INSS** e no Ministério da Previdência Social sobre possíveis irregularidades em descontos associativos beneficios em previdenciários.

## Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle,

Nos termos do artigo 24, inciso X, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, combinado com o artigo 71, inciso IV, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado pedido de providências ao Tribunal de Contas da União (TCU) para que realize auditoria operacional e contábil no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e, se cabível, no Ministério da Previdência Social, acerca dos fatos abaixo expostos.

Carlos Jordy Deputado Federal PL/RJ





## **JUSTIFICATIVA**

O presente requerimento tem por finalidade provocar o Tribunal de Contas da União (TCU) a exercer suas competências constitucionais de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública Federal, com vistas à realização de auditoria minuciosa no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e, se necessário, no Ministério da Previdência Social, a fim de esclarecer fatos de extrema gravidade que afetam diretamente a gestão da política previdenciária brasileira.

Em 23 de abril de 2025, foi deflagrada uma operação conjunta da Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União (CGU) que culminou no afastamento do então presidente do INSS, Alessandro Antônio Stefanutto, além de outros cinco servidores da autarquia. A operação investiga um esquema fraudulento envolvendo o desconto indevido de mensalidades associativas nos benefícios de aposentados e pensionistas, sem autorização expressa dos titulares, prática que teria se estendido entre os anos de 2019 e 2024.

Segundo divulgado pela imprensa, os valores indevidamente descontados teriam sido destinados a **entidades sindicais e associativas**, mediante possível conivência ou omissão de agentes públicos. O montante do **dano estimado ultrapassa R\$ 6 bilhões**, afetando diretamente uma população vulnerável, cuja sobrevivência depende de seus benefícios previdenciários. Ainda, foram apreendidos bens de luxo, valores em espécie e expedidos mais de 200 mandados de busca e apreensão em 13 estados e no Distrito Federal, o que demonstra a **dimensão nacional do esquema e seu elevado grau de organização e sofisticação financeira**.

O episódio revela falhas sistêmicas nos mecanismos de controle interno do INSS, inclusive na interface com o sistema de consignações, fragilidade na governança e ausência de ações corretivas ou preventivas por parte do Ministério da Previdência Social. Tais indícios impõem a necessidade de uma atuação urgente e profunda do TCU, tanto para fins de apuração das responsabilidades administrativas e financeiras, quanto para proposição de medidas corretivas e estruturantes.

O Congresso Nacional tem o dever de zelar pela boa aplicação dos recursos públicos e pela proteção dos direitos dos cidadãos, especialmente dos que mais



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Jordy



dependem das políticas sociais. Neste sentido, a auditoria a ser solicitada ao TCU representa instrumento essencial de **resgate da confiança institucional e de defesa do interesse público**.

Sala das Comissões, em de abril de 2025.

Carlos Jordy Deputado Federal PL/RJ



